



Revista Brasileira de Sociologia
ISSN: 2317-8507
ISSN: 2318-0544
revbrasilsociologia@gmail.com
Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

Paraná, Edemilson; Neves, Fabrício Monteiro
Para uma crítica das sínteses propostas por Karin Knorr-Cetina e Jeffrey
Alexander: uma alternativa epistemológica à integração micro-macro*
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 5, núm. 10, 2017, Maio-, pp. 136-162
Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.208>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595764900006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Para uma crítica das sínteses propostas por Karin Knorr-Cetina e Jeffrey Alexander: uma alternativa epistemológica à integração micro-macro*

Edemilson Paraná**

Fabrício Monteiro Neves***

RESUMO

Partindo das revisões apresentadas por Karin Knorr-Cetina (1981) e Jeffrey Alexander (1987), retoma-se o debate a respeito das possibilidades ou impossibilidades de integração entre as dimensões micro e macro-sociais. Feito um breve resgate sobre o modo de como o pensamento social trata, em geral, a problemática em tela, avança-se na crítica das proposições alternativas apresentadas pelos dois autores acima mencionados. Dessa problematização, ancorada nos desafios de investigação sociológica de dois objetos particulares, os mercados financeiros e de capitais e as mudanças climáticas, aponta-se para a defesa de um enquadramento do dilema assumindo a autonomia relativa entre essas diferentes esferas de análise.

Palavras-chave: sociologia; micro; macro; integração autonomia relativa.

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada em 2016, no 40º Encontro Anual da ANPOCS, ST 33 – Teoria Social Hoje: Quais agendas? Agradecemos os comentários críticos dos organizadores do seminário à ocasião.

** Pseudônimo de Edemilson Cruz Santana Junior, mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Autor do livro *A Finança Digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional* (Insular, 2016).

***Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do mesmo Departamento.

ABSTRACT**FOR A CRITIQUE OF THE SYNTHESSES PROPOSED BY KARIN KNORR-CETINA AND JEFFREY ALEXANDER: AN EPISTEMOLOGICAL ALTERNATIVE TO MICRO-MACRO INTEGRATION**

Based on the review presented by Karin Knorr-Cetina (1981) and Jeffrey Alexander (1987), we resume the debate about the possibilities or impossibilities of integration between micro and macro-social dimensions in sociological doing. We make a brief recovery on the way of how social thought deals, in general, the issue in question, and then we move on criticisms of the alternative proposals submitted by the two authors mentioned above. By this questioning, anchored on the challenges of sociological research of two particulars objects, financial and capital markets and climate change, we end taking up the argument of relative autonomy between these different spheres of analysis.

Keywords: sociology; micro; macro; integration; relative autonomy.

Introdução

A discussão sobre a viabilidade ou inviabilidade de uma integração dos planos micro-macro analíticos na sociologia encontrou enorme impacto no cenário das grandes discussões teóricas das décadas de 1970 e, em especial, 1980. Na esteira do que Jeffrey Alexander (1987a) descreveu como um *novo movimento teórico*, as propostas de síntese caminhavam, em vias distintas, para o encontro, a conciliação ou a superação das “velhas” dicotomias indivíduo x sociedade, agência x estrutura, idealismo x materialismo, monismo x atomismo, subjetivismo x objetivismo, entre outras tensões características dos grandes esforços teóricos anteriores: marxismo, paradigma compreensivo-hermenêutico, funcionalismo, pragmatismo-interacionismo e estruturalismo. Dentre os mais reconhecidos e celebrados esforços nesse particular, destacaram-se as obras de Pierre Bourdieu (1996), Anthony Giddens (1989) e Jurgen Habermas (2012), com suas respectivas formulações sobre campo/habitus, estruturação e ação comunicativa.

Era o que pedia, de certa forma, o cenário intelectual da época: crise do socialismo realmente existente, erosão do regime de acumulação keynesiano-fordista, avanço da mundialização neoliberal com consequente abertura de novos mercados em todo o mundo, que, somando-se a outros elementos, abriam novas rotas para o consumo em larga escala da ideia de era pós-

-ideológica. No mesmo período, o construtivismo social e os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), ancorados no relativismo metodológico, propunham-se a uma verdadeira revolução no campo, deslocando as noções comumente aceitas de construção, verificação e validação do conhecimento científico.

Passada essa conjuntura, não sem tais propostas terem encontrado grande alcance e aderência, consolidando-se no *mainstream* sociológico, o interesse pelas discussões em torno das ditas “grandes sínteses” acabou por arrefecer, não sem prejuízo para a investigação sociológica. De um lado, isto se deveu à crítica pós-moderna às grandes narrativas, o que minou as pretensões macrosociológicas de uma abordagem totalizadora do social, com uma exceção: Niklas Luhmann (1998). Nesta mesma linha, novas abordagens emergiram desconsiderando o problema micro/macro, com destaque para as abordagens construtivistas, do ator-rede, do ciborgue e pós-sociais, as quais localizavam o social ali onde a interação cotidiana se dava e definiam as redes interacionais como uma *assemblage* de actantes humanos e não-humanos. Por outro lado, novos problemas sociológicos emergiram sem recolocar o problema teórico aqui em questão. Referimo-nos às teorias pós-coloniais e às teorias feministas, que antes de tudo propunham desenvolver a análise sociológica a partir do problema político/empírico enfrentado pela condição subalterna (SPIVAK, 2010).

Tudo isso conspirou para que o debate em torno da integração micro-macro fosse perdendo seu lugar de destaque, se apresentando como um típico caso de programa de pesquisa degenerescente (LAKATOS, 1999). Pode-se alegar que a proposta de uma “sociologia relacional” trouxe novo fôlego às investidas integradoras, ao assumir o social como contínuo e dinâmico. No entanto, é o próprio formulador do manifesto relacional, Mustafa Emirbayer (1997), quem afirma que não há ainda na sociologia – e reafirmamos isso 20 anos após seu escrito seminal –, uma perspectiva que pudesse enquadrar em um mesmo programa de pesquisa as ideias relacionais que ele compila. A despeito dos esforços recentes, mesmo os autores relacionais continuam reproduzindo os pares dicotômicos que têm assombrado a sociologia, incluindo a relação micro-macro¹.

1 Para um panorama da sociologia relacional, incluindo seus vários autores e perspectivas, ver Christopher Powell; François Dépelteau (2013a; 2013b).

O que justificaria, portanto, uma retomada deste debate, atualmente, conforme se propõe? Esta reside sobremaneira no diagnóstico de que concomitantemente ao desenvolvimento de tais sínteses, sejam elas aceitas ou não como adequadas, emergiram com força novos objetos que desafiam a imagem de sociedade que serviu de base empírica para os desenvolvimentos heurísticos de outrora. Desafiam principalmente no sentido de repensar a escala societal tal como fora àquela época pensada.

Para citar apenas alguns objetos, aponta-se a globalização em seus diferentes aspectos, em especial a mundialização financeira e suas grandes crises econômicas, as novas bolsas de valores e mercados financeiros digitalizados e interconectados globalmente, as novas tecnologias e a internet como espaços-fluxo de produção, intercâmbio e vivência do social, dentre outros. Como pensá-los adequadamente sem recorrer a uma topologia de análise macrossocial, de orientação sistêmico-estrutural? E como acessá-los empiricamente senão em suas articulações e expressões particulares, contingentes e radicalmente contraditórias? Eis a tensão que move o olhar para esta reflexão: os desafios postos para um tratamento conceitual adequado das dinâmicas micro x macro, previsibilidade x contingência em objetos como o imbricamento ser-humano-máquina, o desenvolvimento tecnológico dos mercados de capitais digitalizados e interconectados globalmente, entre outros. Investigando as afinidades entre, por um lado, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e o processo de transformação estrutural dos mercados de capitais e bolsas de valores (PARANÁ, 2016), e, por outro, a relação entre dimensões complexas do fenômeno climático e a agência humana (NEVES; COSTA-LIMA, 2012), encontraram-se dois objetos ricos e especialmente privilegiados nesse particular, que faz saltar a necessidade de voltarmos a esta problemática.

No âmbito deste interesse, o que seria capaz de definir como tais as dimensões micro e macrossociológicas? Configuram diferentes formas de recortar e olhar para um objeto de investigação? Ou a própria natureza deste objeto é que define tal topologia analítica? Onde termina um objeto/análise micro e começa um macro, e vice-versa? Quais são os critérios de valoração e classificação quantitativos e qualitativos de tais esferas? Temporalidade (curto ou longo prazo), espacialidade e dimensão geográfica (próxima ou distante), composição interpessoal (indivíduos ou coletividades), complexidade (mais ou menos variáveis de análise em questão)?

Levantados tais questionamentos, caberia explicitar em que ponto inter-vém Karin Knorr-Cetina e Jeffrey Alexander, selecionados como pontos de referencia para a reflexão a que se propõe este artigo. Para além de inconteste referências em suas respectivas áreas de especialidade, sociologia do conhecimento e sociologia da cultura, respectivamente, notabilizaram-se por buscarem, no tratamento conceitual de seus objetos, novas articulações teórico-epistemológicas, tornando-se, assim, influentes interlocutores no debate teórico geral da sociologia. As compilações que organizaram a respeito da integração micro-macro aqui tratadas são exemplares deste esforço cuidadoso. Inseridos no contexto acima apontado, intervieram diretamente nos debates em tela, igualmente engajando-se, ainda que de modos distintos, nos esforços de síntese característicos do período. Para além do valor didático das panorâmicas que constroem sobre o tema nos clássicos e contemporâneos da teoria sociológica, são dignas de apreciação, conforme ficará evidenciado, as próprias saídas que eles mesmos apresentam para o impasse.

Apontadas tais revisões gerais e criticadas suas proposições específicas, como se fará a seguir, conclui-se assumindo a opção por uma via de reflexão alternativa que, ao invés da integração micro-macro, opta pelo reconhecimento da autonomia relativa de tais esferas de análise, como dimensões distintas e relativamente independentes da realidade, opção que será justificada no desenvolvimento da reflexão. Isto será feito a partir da experiência de investigação sociológica de dois objetos particulares e contemporâneos, especialmente adequados para esta problematização: os mercados financeiros digitalizados e interconectados globalmente e as mudanças climáticas.

Cabe, no entanto, para evitarmos mal-entendidos, uma ressalva quanto à proposta acima indicada. Trata-se aqui tão somente de esboçar uma estratégia de observação, desenvolvida exclusivamente no âmbito do debate epistemológico – da possibilidade do conhecimento da realidade social – a partir da crítica a autores que se tornaram relevantes na teoria social, no tema da integração micro-macro. Posto isso, advogar pela autonomia das dimensões micro e macro não significa, em absoluto, assumir que a realidade social seja ela mesma fragmentada, estilhaçada².

2 Não entraremos aqui, portanto, em questões de ontologia do social, em voga atualmente com o *ontological turn* na teoria e pesquisa social (MOL, 2002; SISMONDO, 2015).

1. Karin Knorr-Cetina e a integração pelo micro: a hipótese da representação

Para Knorr-Cetina (1981), a distinção micro-macro entrou em declínio devido ao considerável avanço dos estudos microssociológicos que, afastando-se do individualismo metodológico clássico em direção a uma concepção interacional e prática de constituição do indivíduo, acabou por derrubar também a dicotomia “individual-coletivo” vinculada àquela contraposição. Nessa direção, depois de pôr em xeque certa noção ortodoxa (atomista) de individualismo metodológico, questiona a separação entre micro e macro supostamente presente em abordagens que se justificam na relação entre tamanho, quantidade e complexidade, ou mesmo em enfoques voltados às estruturas de poder como próprias de esferas macrosociais. Para a autora, os trabalhos microorientados teriam mostrado a impertinência da relação entre escala e complexidade como definidora das esferas macro: é que, para além da escolha dos elementos de cuja variedade é considerada, o enquadramento da complexidade depende igualmente do conhecimento do observador. Aponta ainda, na esteira das contribuições de Michael Foucault, a enorme presença de microprocessos e microdinâmicas nas configurações de poder.

Seguindo nessa trilha, a autora desenha o tratamento conceitual da dicotomia micro-macro no pensamento social de seu tempo, classificando-o em três principais propostas: a hipótese da agregação (*Aggregation Hypothesis*), vinculada a Randal Collins; a hipótese das consequências não pretendidas da ação (*Hypothesis of Unintended Consequences*), de Rom Harré e Anthony Giddens; e a hipótese da representação (*Representation Hypothesis*), que termina por defender como a mais adequada dentre estas.

Ancorada em seus estudos de ciência e etnografias de laboratório, de forte influência fenomenológica, que apontam para o caráter autorreferencial da vida social, Knorr-Cetina está empenhada em equacionar o impasse micro-macro por meio das não-correspondências entre representações e representados, ou seja, em uma leitura voltada para o modo de como os atores se autorem-presentam (em suas negociações, interpretações e construções). Dessa forma, enquanto argumenta por uma base micro de análise, tenta reconhecer e sistematizar de forma alternativa os efeitos de enquadramento da estrutura social, produzindo uma fundamentação micro do macro, ou fundamentando este naquele. Cabe evidenciar de modo mais detido a construção de sua argumentação.

A hipótese da agregação (*Aggregation Hypothesis*) sistematiza uma ideia simples e de longa data presente no pensamento social: a de que um macrofenômeno é constituído de agregações e repetições de vários microepisódios similares, ou seja, os macrofenômenos estão subsumidos a meras derivações lógicas de microssituações³. Dessa forma concebida, a estrutura social compõe-se de interações situadas entre indivíduos e que são parcialmente estruturadas por definições passadas, mas, ao mesmo tempo, estão sempre abertas a reinterpretações. Melhor dito, a estrutura é vista aqui como interna aos próprios episódios ao invés de ser definida pelos padrões de interrelações compartilhados entre tais episódios. Assim, a sociedade é caracterizada, ou construída, por meio das propriedades agregadas derivadas da análise dessas estruturas internas. Trata-se de uma hipótese de trabalho radicalmente microssociológica.

Diferentemente desta, a hipótese das consequências não pretendidas (*unintended consequences*) não relaciona diretamente os macrofenômenos ao que é visível e explicitamente se passa em microssituações, mas às consequências não esperadas ou não premeditadas da ação social dos agentes, como propriedades emergentes de um todo irreduzível a suas partes quando consideradas em separado. Anthony Giddens – um dos mais conhecidos representantes dessa hipótese – sustenta que tais consequências não intencionais da ação condicionam a reprodução social e, portanto, determinam o processo de estruturação através do qual os sistemas sociais são mantidos ou transformados a longo prazo. Para Rom Harré, tais consequências inauditas constituem propriedades sistêmicas que confrontam os agentes como ambientes de seleção de ações futuras, exercendo, dessa maneira, uma influência difusa, mas significativa sobre o curso dos acontecimentos sociais. Conforme sintetiza Knorr-Cetina, no entanto, esta é uma hipótese que se mantém atada, ainda que por via alternativa, ao microdirecionamento:

The hypothesis of unintended consequences transcends the purely micro-sociological perspective promoted by the aggregation hypothesis by acknowledging influences which operate behind the back of agents, and which therefore *cannot be found in micro-situations*. Yet

3 Há uma tradição consolidada na sociologia que toma como fundamento a primazia da dimensão microssociológica nos processos sociais. Mais recentemente, ela tem se tornado central em algumas formulações, como no pragmatismo francês e na teoria do ator-rede.

the perspective advanced by the hypothesis of unintended consequences is no less radically micro-sociological than the one promoted by the aggregation model: it concludes that these macro-influences cannot be known through direct evidence, and that we can, at best, derive a proof of their *existence* from extremely simplified conditions. The micro-sociological reconstruction of macro-phenomena has remained consistent in and of itself. It has derived the macro-order from that which can be learned in micro-situations, and if and when a residuum of macro-social properties over and above the situation has been recognized, it has also been declared unknowable (KNORR-CETINA, 1981, p.27, grifos da autora).

Em diálogo com as formulações de Cicourel, Callon e Latour, Knorr-Cetina (1981, p.38) está convencida de que é através de abordagens micro-sociais que se pode melhor aprender sobre a ordem macro. Empreendendo-se, nesses termos, a reconstruir adequadamente a ordem macro a partir da microteoria social e metodologia – algo que a autora aponta não ter sido devidamente realizado pelas hipóteses acima revisadas –, assume como alternativa a hipótese da representação (*representation hypothesis*), em que, diferentemente daquelas,

The macro emerges from such work not as the sum of unintended consequences of micro-episodes nor as their aggregate or network of interrelations, but rather as a summary representation actively constructed and pursued within micro-situations. In other words, the macro appears no longer as a *particular layer* of social reality *on top of* micro-episodes composed of their interrelation (macro-sociologies), their aggregation (aggregation hypothesis), or their unforeseen effects (hypothesis of unintended consequences). Rather, it is seen to reside *within* these micro-episodes where it results from the *structuring practices* of agents (IBIDEM, p.34, grifos da autora).

Conforme se faz evidente (Ibid., p.40), a principal diferença entre a hipótese da representação e as demais é que, enquanto aquelas desenham a ordem macro como um fenômeno emergente composto pelos efeitos somados ou inesperados de eventos micro, esta compreende o macro como ativamente construído e buscado no interior de ações microsociais. Levada ao seu extremo, conforme defende a autora, a hipótese da representação teria de negar a existência de uma ordem macro à parte das macrorrepresentações

que são rotineiramente mobilizadas em ações microssociais. Assim, pretende encontrar práticas macroestruturantes não apenas na “grande” política, ou nos “grandes” negócios, mas nas esferas cotidianas, e quase “banais”, da vida. Trata-se, nesses termos, de reendereço os questionamentos a respeito do poder sem negar as diferenciações entre grandes e pequenos atores, mas buscando sua produção em ambientes microssociais ao invés de tomá-los por suas aparências mais imediatamente visíveis.

Um dos objetivos implícitos desta posição, ao tomar como ponto de referência a representação dos próprios agentes, é desnudar também a função construtivista do observador. Ao invés de assumir certa pretensão panorâmica de ler e interpretar, de fora, a rede de inter-relações entre os atores nas situações em tela, supostamente característica das macroabordagens, propõe-se começar pelas representações que os agentes e até os próprios sociólogos constroem de tais inter-relações como objetos de análise.

Para restablecer esa contextualidad de la ciencia, hemos tenido que introducirnos en ellaboratorio y observar el proceso de la producción de conocimiento. En vista de esa lógica oportunista que vimos funcionar en el proceso, el “método científico” puede ser visto como una forma de práctica localmente situada, localmente proliferante, más que como un paradigma de una universalidad no local. Está impregnado de contexto, y no libre de contexto. Y se lo puede ver como enraizado en un sitio de acción social, de la misma manera que otras formas de la vida social (KNORR-CETINA, 1995, p. 139).

Tal abordagem, sabe-se, é a base teórico-metodológica de sustentação das etnografias de laboratório e de um sem número de trabalhos no âmbito dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESTC), que ganharam grande evidência nas sociologias da ciência e do conhecimento, linhagem da qual a autora, certamente, figura entre uma de suas mais destacadas representantes. Em seus trabalhos empíricos em laboratório, a dinâmica contextual da prática científica é localizada em microssituações nas quais opera uma reconfiguração *in situ* da concepção idealizada do que a atividade científica é. Tal dinâmica contextual se imporia às idealizações teóricas, metodológicas e deontológicas da ciência na medida em que os atores se deparariam com limitações materiais e simbólicas ofertadas no contexto de prática.

2. Jeffrey Alexander: encontro entre ação e ordem

Entusiasta das possibilidades de integração entre as esferas micro e macrosociais de análise (*micro-macro linkage*), Alexander (1987b) investiga rastros, pistas e indícios explícitos ou implícitos da possibilidade de tais encontros nos principais autores clássicos e contemporâneos da sociologia. Feita essa dissecação metodológico-conceitual (que o permite enxergar aproximações microssociológicas em autores conhecidos por suas macroteorizações e vice-versa), termina por encontrar em Max Weber e Talcott Parsons as formas mais acabadas de referida conciliação nos clássicos e contemporâneos, respectivamente⁴.

Desenha-se, dessa forma, o quadro de referência em torno do qual o autor constituirá sua própria forma de lidar com o problema, a ser: a composição de uma teoria (geral) da ação de orientação parsoniana ancorada na reconstrução de aspectos de várias microteorias como elementos analíticos fundamentais; ou, nos termos do autor, o encontro de uma compreensão emergente, ou coletiva, de ordem com uma compreensão multidimensional da ação, que se unem, por fim, a uma compressão analítica das relações entre os diferentes níveis da organização empírica. A operacionalização prática dessa proposta configura-se, em resumo, no esforço de encontro entre teoria estrutural, etnometodologia, interacionismo simbólico e teoria da ação racional.

A pressuposição fundamental, como ponto de partida do referido esforço, é a de que a dimensão “simbólica” da vida social é um domínio a um só tempo micro e macro. Um encontro, em suma, entre agência e estrutura nos termos de sua sistematização neo-funcionalista. Alexander segue, aqui, caminho praticamente contrário ao de Knorr-Cetina. Enquanto esta desenha a desconstrução das macrodescrições a partir da revolução trazida pelos estudos microssociológicos, aquele começa sua reflexão justamente desconfiando, de partida, do caráter de tal “revolução” e das supostas novidades por ela trazidas. Para o autor (1987b, p.290), relacionar, de qualquer forma, o micro ao indivíduo é tão ilusório quanto buscar por qualquer correlação específica entre tamanho e diferenças micro-macro. Isso porque não há referentes empíricos a definirem o micro ou macro enquanto tais. Estes não são

4 São estes dois autores o centro de sua ambiciosa reconstrução da teoria sociológica realizada em quatro volumes (ALEXANDER, 1982; 1983).

mais do que contrastes analíticos que apontam níveis emergentes dentro de unidades empíricas, e não unidades empíricas conflitantes em (e entre) si. A proposição de Alexander, ancorada no resgate do modo de como a temática é tratada nas ciências duras – tática argumentativa, aliás, igualmente ativada por Knorr-Cetina, aponta para uma integração em que uma dessas esferas funcione como “parâmetros de referência” para a outra.

My point here is that every macrotheorist of social systems or institutions makes assumptions about how individuals act and interact; these assumptions are crucial to their large-scale theories even when they are not made explicit – as, indeed, the usually are not. It is no wonder, then, that traditional sociological theorizing has occasionally made the behavior of these smaller units an explicit object of analysis and that the discussions of more recent, self-consciously “micro” sociology are not entirely new. This leads to my second point: The focus on micro-level processes is not, in fact, entirely an empirical decision to make. Any microsociological analysis refers not merely to an overwhelming empirical fact but to an analytically differentiated, theoretical decision. Sociologists make presuppositions about the nature of social order – about the relative importance of different levels of analysis – and it is often the nonempirical presumption that shifts the burden of empirical discussion toward contingency and interaction and away from social structure. I am suggesting here not only that the individualist emphasis of recent micro sociology is not entirely new but also that it may, despite its great empirical insight, be theoretically misplaced. To privilege the arena of microprocess may involve more than an empirical discovery; it may also involve a theoretical mistake. It may rely upon assumptions that deny to the macroparameters of interaction any real determination of this interaction itself (ALEXANDER, 1987b, p. 295).

Daí porque, apontado o problema nessa direção, o autor buscará uma teoria geral da ação que seja capaz de sintetizar modos racionalistas e não racionalistas de teorização. O quadro de referência, em ambas as dimensões em torno das quais pretende interligar micro e macro – ação e ordem –, é tomado emprestado de Talcott Parsons (1937 apud ALEXANDER, 1987b). Cumpre descrevê-lo brevemente, com a ajuda do próprio Alexander (Ibid., p.296).

Tal quadro de análise da ação inclui os seguintes elementos: esforço (*effort*), meios (*means*), fins (*ends*), normas (*norms*) e condições (*conditions*). Uma ação é realizada tendo como referência seu ambiente: normas (elemento ideais) e

condições (elementos materiais), que são constrangimentos macrosociais. Meios e fins, por sua vez, são específicos das situações em que transcorre a ação, dado que são produzidos (e produtos) pela ação individual. Todo fim é um compromisso entre os esforços de indivíduos, suas possibilidades objetivas e seus padrões normativos de avaliação. Todo meio, por seu turno, representa algum aspecto do mundo condicionado dos indivíduos que eles mobilizam de acordo com suas possibilidades objetivas e necessidades internalizadas. O que possibilita retirar meios e fins em meio a condições e normas é o “esforço” (*effort*). É precisamente essa noção vaga e pouco trabalhada de esforço em Parsons que Alexander pretende desenvolver e qualificar pela via microsociológica, convencido que está de ser justamente este o elemento radicalmente contingente da ação – o motor que permite a combinação dos demais elementos acima apontados. É a partir daí que passa, então, a desenhar um modelo de ação, ou uma teoria geral da ação, que se compõe basicamente de uma síntese de três das principais grandes microteorizações do período pós-guerra: etnometodologia/fenomenologia, interacionismo simbólico e teoria das trocas/ação racional. Isso se justifica na medida em que

For it is “effort” that is the real object of exchange theory, ethnomethodology, and symbolic interactionism. Each explains one analytic dimension of effort and in so doing contributes one crucial element to our understanding of ends and means. Each contributes, in turn, to the micro explanation of norms and conditions (IBIDEM, p.297).

Dessa forma, para Alexander, as três microteorias acima apontadas representam cada uma delas uma parte do “unit act” do qual falava Parsons: suas dimensões cognitiva, interpretativa e instrumental, respectivamente. Coube, portanto, reconstruir o “unit act”, acima destrinchado, na via desta síntese, em busca de uma teoria geral da ação de refinamento microsociológico, ausente neste. Nesse “modelo micrométrico” de ação individual, esta é vista como movente entre duas dimensões: interpretação (*interpretation*) e estrategização (*strategization*). Essas duas dimensões devem ser compreendidas como elementos meramente analíticos no interior do fluxo de consciência propriamente “empírica”. Ou seja, a ação enquanto compreensiva é também simultaneamente prática e utilitária. Interpretação e estrategização, assim, não representam diferentes tipos de ação ou momentos temporais distintos desta; toda ação é, ao mesmo tempo, uma e outra.

Dado que a utilização da teoria parsoniana demanda o reconhecimento de seu caráter anti-interacionista, essa síntese de microteorias dentro de tal quadro de “ação” leva Alexander, finalmente, a uma discussão crítica das pressuposições a respeito da “ordem” (ou da própria ideia de ordem em si) que aparece nos três grandes sistemas parsonianos: personalidade, sociedade e cultura; os quais o autor pretende sofisticar por meio do encontro com sua teoria geral da ação de caráter microssocial, como apontamos anteriormente.

Ademais, conforme destaca, a ação é limitada em sua contingência e criatividade devido a inescapáveis mediações que ela é levada a mobilizar, em termos da administração de energia, tempo e conhecimentos pessoais no bojo de seu embate face às regularidades (sociais) pré-existentes. Assim, no modelo micrométrico de ordem derivado da síntese acima desenhada, sociedade, cultura e personalidade são concebidas como ambientes imediatos da ação – servindo ao mesmo tempo como estímulos e constrangimentos à sua inovação, em uma compreensão que não se desfaz, dessa maneira, de um quadro “estrutural” de ordem.

Tudo somado, espera-se ter deixado patente, nesse breve panorama, em que termos Alexander desenha a integração entre micro e macroesferas de análise: por meio do encontro entre ação e ordem/estrutura. Para o autor, microteorias não são construções sustentadas unicamente na dimensão empírica dos acontecimentos; ao contrário, elas fazem afirmações *a priori* a respeito da relativa racionalidade presente nas ações. Assim, apenas a síntese de microteorias racionalistas e interpretativas (aqui encontradas na etnometodologia, interacionismo simbólico e teorias da ação racional) pode dar à ação sua devida caracterização.

Desse modo, o autor propõe sua síntese relacionando cada microteoria a um elemento diferente do “unit act” parsoniano, o que lhe permite expor o nível interacional da vida social como sistematicamente relacionado a macroestruturas. É que cada uma dessas teorias não apenas evidencia diferentes elementos do esforço (*effort*) no modelo parsoniano, mas permite, em outra via, relacionar sua contingência a elementos normativos e condicionais de tipo sistêmico. O que se busca com esse exercício, portanto, é expandir a macroteoria de Parsons de maneira a apresentar como variável o que lá é deixado como parâmetro ou condicionante – nomeadamente, o elemento contingente do “esforço”. Assim, como parâmetros ou variáveis, diferentes elementos das microteorias em questão podem ser relacionados a dimensões

da estrutura coletiva de modo a poderem, mais tarde, serem vistos como produtos da ação contingente sem serem reduzidos a esta, possibilitando, por fim, que as propriedades contingentes da estrutura social sejam elas mesmas discutidas de modo mais sistemático. Isto posto,

The synthesis of unit act and micro theory demonstrates that the referents of contemporary micro theories are only the “fluid” or open element in larger, more crystallized units. These micro theories, then, cannot be considered theories of social order in themselves. It would be as absurd to deduce norms and conditions from transcendental consciousness and exchange as the other way around. Each micro theory we have considered has, however, made precisely this claim. In the hands of Homans, Garfinkel, and Blumer, each has been proposed as an empirical theory of society as such. I have argued to the contrary, that the theoretical reconsideration of these claims makes it clear that the processes these theorists posit must be combined with the exposition by the great macro traditions of collective material and ideal forms. (IBIDEM, p. 298-99).

Feito esse breve e panorâmico resgate, cumpre circunscrevemos em que termos o problema nos aparece, no escopo de investigações particulares.

3. Enquadramento da problemática a partir do estudo dos mercados financeiros e das mudanças climáticas

Os mercados financeiros, interconectados globalmente, bem como muitos de seus desdobramentos, impõem-se como realidade incontornável no âmbito da crescente integração econômico-produtiva mundial. Na medida em que seus acontecimentos afetam a vida de milhões de pessoas em todo o planeta, tornam-se um problema candente para sociologia contemporânea. Quando pensamos nestes como questão posta à reflexão sociológica, seja em suas configurações de nascimento e desenvolvimento histórico, seja em seus aspectos tardios, de imediato uma imagem parece se impor como barreira quase intransponível ao seu conhecimento: o caos.

Para o conjunto dos cidadãos e leigos ou mesmo para especialistas de variadas disciplinas e áreas de conhecimento, a incógnita fundamental dirige-se para as possibilidades ou impossibilidades de encontrarmos alguma ordem na imprevisibilidade caótica que parece governar o funcionamento

dos mercados financeiros e de capitais. Com diferentes objetivos e resultados, economistas, físicos, astrofísicos, matemáticos, estatísticos e mesmo psicólogos, cientistas políticos e tantos outros têm lançado seus esforços de descrição e investigação nessa direção.

O mesmo problema emerge a partir da problemática climática atual, a qual tem entrado na agenda política dos países de capitalismo central. Tem-se criado um contexto societal de “risco ambiental”, “crise civilizatória” e “caos climático” a partir da percepção da inevitabilidade de controlar o sistema climático, assumidamente complexo e imprevisível. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC-ONU), o aquecimento do planeta verificado desde 1850 (cerca de 0,760 C) decorre da ação antrópica por meio da emissão cada vez maior de gases de efeito estufa (GEE) emitidos pelas atividades industriais. Tal veredito foi considerado “inequívoco” no Sumário executivo (IPCC, 2007) do órgão das Nações Unidas responsável pelo estudo das mudanças climáticas, que emitiu um alerta sobre os riscos sociais e ambientais emergentes.

Tais riscos ambientais têm exigido respostas políticas, científicas e tecnológicas, também globais, que operam no sentido de seu controle. Estas respostas supostamente viriam a compor aquilo que se conheceria como “sociedade de baixo carbono”, em contraposição àquela com uso intensivo de combustíveis fósseis (SZERSZYNSKI; URRY, 2010). Há, neste contexto, a emergência de proposições alternativas em relação a novas formas de vida – em que os indivíduos são levados a alterar rotinas e hábitos – que visam à mitigação de efeitos climáticos extremos e adaptação a este novo contexto.

O desafio atual que a sociedade enfrenta consiste em atingir a meta de um planeta sustentável, aportando respostas eficazes aos atuais processos interdependentes de mudanças ambientais e sociais (CICS/UNESCO, 2013, p.03).

As dimensões sociais acessadas a partir da emergência da “problemática climática” desafiam o plano corrente das teorias sociológicas ao ofertarem ao observador uma fratura radical entre o plano global e o da vida cotidiana. O problema se coloca como se houvesse um descolamento do plano do Painel climático da ONU, cientificamente orientado, e da política decorrente dele, das ações cotidianas que se desenrolam cognitivamente informadas, mas que na prática repercutem os velhos padrões de uso da

natureza, incompatíveis com os alertas do painel. Este descolamento opera em várias dimensões.

No plano temporal, a escala dos fenômenos climáticos supera em milhões de anos a existência de gerações humanas tornando as alterações climáticas sem efeito na percepção cotidiana ordinária. Os relatórios das ciências do clima falam de “eras glaciais”, “períodos pré-industriais” e “interação atmosfera-oceano”. Os alarmes apontam para catástrofes em 20-30 anos e as políticas de mitigação e adaptação indicam prazos que contam com muitas gerações. Ou seja, o IPCC aponta para o futuro, uma dimensão abstrata, longe do horizonte concreto e imediatista da vida cotidiana.

No plano espacial, ocorre algo parecido, agravado pela dinâmica da representação política. As decisões políticas sobre as mudanças climáticas ocorrem em encontros longe do alcance dos indivíduos e comunidades, sejam eles fóruns políticos ou *meetings* científicos. No geral, fala-se em “concerto de países”, “consenso climático global”, “acordo de Paris”, escalas que transcendem às experiências concretas dos indivíduos com comunidades, tribos, grupos, cidades.

Soma-se a isto uma ruptura no plano linguístico, ao se observar uma diferença entre a linguagem altamente codificada das discussões climáticas e a lógica enraizada da língua cotidiana, menos estável e mais dinâmica. No plano das formulações globais sobre o clima, as dimensões “globais”, “humanidade”, “ecossistema terrestre”, “Gaia” não encontram respaldo nas dinâmicas práticas do cotidiano, não se enraizando na língua ordinária das pessoas.

Quanto a estes descolamentos, Giddens (2009) indica o mesmo ao afirmar que os riscos e perigos apontados não se aderem à percepção cotidiana, o que é agravado com o fato de que as pessoas atribuem mais realidade ao presente que ao futuro, poderíamos acrescentar, ao próximo que ao longínquo.

Estas escalas assim se apresentam com dinâmicas completamente distintas: temporalidades distintas, espacialidades outras e linguagens que constroem experiências igualmente distintas. Não se consegue identificar na dinâmica científica e política do IPCC nenhuma sustentação em dinâmicas de microcosmos, relativos à vida cotidiana. Depreendem-se destas dinâmicas distintos significados igualmente distintos e, portanto, formas de vida que não podem ser compreendidas derivando-as umas das outras. Jasanoff (2010, p. 234-235) identifica o problema ao abordar a estrutura de

produção de fatos da ciência, supostamente impessoal, e a pessoalidade da vida cotidiana. Segundo ela, “inevitavelmente, o processo de fazer as coisas impessoais elimina não só subjetividade, mas também o significado; fatos científicos surgem da observação separada enquanto o significado emerge a partir da experiência incorporada”. Criam-se assim mundos em escalas e significados completamente diferentes.

As mudanças climáticas, por esse motivo, são problemáticas porque tendem a separar o epistêmico do normativo, divorciando o ser do deveria. Grosseiramente colocado, elas destacam o fato de valor global do fato de valor local, projetando uma nova e totalizante imagem do mundo como ele é, sem levar em conta os investimentos que as sociedades têm feito em mundos como desejam que eles fossem. Elas, portanto, desestabilizam conhecimentos ao mesmo tempo em que buscam estabilizá-los. Para conhecer as mudanças climáticas como a ciência quer que se conheça, as sociedades devem deixar de lado seus modos familiares e confortáveis de viver com a natureza. (JASANOFF, 2010, p. 236).

Assim, no caso das mudanças climáticas, as dimensões micro e macro vão apresentar dinâmicas muito distintas, relativamente autônomas, e exigir abordagens que não necessariamente apontem para a integração entre elas. As dicotomias emergem: presente e futuro, perto e distante, pessoal e impessoal, global e local. Como rastrear e compreender adequadamente objetos tão marcadamente complexos, difusos e dinâmicos?

Para a sociologia, o desafio imposto por objetos tão heterogêneos em seus aspectos constitutivos parece ser praticamente inalcançável. O ferramental teórico-epistemológico à nossa disposição, construído, debatido e problematizado em mais de cem anos de tradição de pensamento, tensionado diante de tal demanda de investigação, parece pedir novas articulações analíticas, conceituais e mesmo epistemológicas. Em meio a tais tensões, destaca-se em especial a contraposição entre previsibilidade (sistêmico-estrutural) e contingência (caos, risco e ingovernabilidade dos processos) – ambos os polos perpassados pela dúvida a respeito da pertinência de uma análise micro-macrointegrada a dar conta de suas enormes complexidades. Como recortar tais objetos? A partir das disputas, negociações e acordos cotidianos que permitem configurar e fazer girar suas cirandas operativas? Ou através de

um olhar calcado na economia política das grandes decisões e mudanças que constroem seu desenvolvimento em determinada direção? Uma vez construídas essas distintas esferas de análise, como hierarquizá-las na conformação de uma compreensão adequada sobre tais objetos? Como tratá-las metodologicamente?

Tomemos o caso dos mercados financeiros globais. A abordagem construtivista, no âmbito dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), praticamente confunde-se com o que conhecemos atualmente por uma “sociologia das finanças” ou “sociologia dos mercados financeiros”. Se é verdade que os trabalhos na área são caudatários de antigos debates tradicionalmente circunscritos à sociologia econômica, é certo que apenas em seu encontro com a nova sociologia da ciência e da tecnologia, especialmente a partir da viragem promovida pelo relativismo teórico-metodológico, as finanças – em especial em sua configuração contemporânea mediada e administrada por meio de sistemas sócio-técnico-informacionais – tornam-se objeto de investigação privilegiado, recortado em termos de suas particularidades face aos demais mercados e outras dimensões da vida econômica e social. Os ESCT inauguram, assim, uma nova maneira de olhar para as finanças globais: a partir de suas redes, arranjos sociais e configurações sociotécnicas.

A ênfase dada às redes e processos microrrelacionais que compõem, caracterizam e configuraram os mercados financeiros em suas dinâmicas particulares de funcionamento permitiu aos estudos na área produzirem textos ricos em dados empíricos e descrições minuciosas que encaminham análises que têm despertado crescente interesse em tempos de globalização financeira. As questões, abordagens e problemáticas construídas por essa linha de trabalho inauguram, assim, uma nova forma de tratar as finanças globais como objeto privilegiado de investigação.

No entanto, apesar dos inegáveis avanços de tal sociologia construtivista dos mercados financeiros, cumpre apontar aquilo que consideramos ser uma de suas limitações: o tratamento negligenciado dado às dimensões macrosociológicas em suas análises. Ao afastarem-se mais ou menos de teorizações de largo alcance – dirigidas no âmbito de conceituações construídas em topologias de análise macrosociológicas, como por exemplo, globalização, cadeias financeiras globais, capitalismo, financeirização, entre outras –, e ainda que profundamente ricos em apontamentos e descrições sociológicas

pormenorizadas, tais estudos deixam escapar um conjunto de movimentos, estruturas e forças constitutivas que igualmente fazem parte da configuração deste objeto, e sem as quais este não pode, a nosso ver, ser adequadamente definido enquanto tal. Como destacamos, esta lacuna não inviabilizou a produção de estudos microssociológicos enriquecedores e aprofundados. Tudo transcorre, no entanto, como se este nível de abordagem selecionado fosse suficiente para compreender os movimentos e forças dos mercados financeiros globais.

De outra monta, é certo que os adeptos dessa abordagem rebateriam tal constatação com o apontamento de certa debilidade dos estudos de largo alcance quando estes terminam por ignorar um conjunto de particularidades e configurações locais igualmente inescapáveis na própria definição de como virá a ser composto tal objeto, mesmo em aspectos de alcance “globais”.

Apesar de, nesses termos postos, ser quase circular, a discussão não é despropositada. Foi exatamente este o problema, não apenas relativo à debilidade de ambas as abordagens teóricas e seus correspondentes métodos de investigação, mas também à própria natureza multifacetada do objeto, que teve de ser enfrentado quando da investigação do que definimos como a *Finança Digitalizada* (PARANÁ, 2016) – o complexo técnico-operacional global de gestão da circulação, acumulação e valorização de capital financeiro por meio de recursos tecnológicos automatizados. Ao mesmo tempo em que radicalmente heterogêneos e profundamente diversos entre si, permeados que são por histórias, disputas e articulações próprias, além de características econômicas, sociais e políticas particulares que foram centrais em sua constituição enquanto mercados financeiros, o movimento da chamada Finança Digitalizada, nas distintas praças e bolsas de valores em todo o globo, parece caminhar, em seu desenvolvimento, para uma mesma direção sistêmica: a compressão dos fluxos espaço-tempo de operação em busca de ganhos especulativos crescentes. Junto deste direcionamento, observa-se o aumento da concentração econômica em distintos níveis e o surgimento de barreiras à fiscalização e regulação, bem como o alvorecer de novos riscos sistêmicos. Seria suficiente apontar tais tendências globais sem compreender em profundidade como se materializam localmente? Em outra direção, é capaz de sustentar-se a investigação de tais mercados apenas em suas múltiplas expressões regionais-locais, ignorando-se as grandes forças econômicas e sócio-políticas em questão?

4. Autonomia relativa e pluralismo metodológico

Realizado este percurso, resta, por fim, a inadequação das proposições revisadas face ao problema em tela, mantendo em todo o seu vigor nosso impasse: apesar de seus notáveis avanços, as propostas de integração entre micro e macro aqui discutidas tendem, em direções distintas, à redução ou hipostasiamento de uma dimensão à outra. Para além das formulações que se empreendeu tensionar em específico, outros representantes ilustres do chamado “novo movimento teórico” têm sido alvos de críticas análogas: ora são acusados, por um lado, de privilegiarem uma das dimensões em suas análises, ora outra. Indo além nesta problemática, ainda que de passagem, caberia refletirmos até que ponto a ideia de uma conciliação ou terceira via entre tais esferas não representa deixar em suspenso ou pôr entre parênteses a questão fundamental a respeito daquilo que configura enquanto tal o *social* (e caberia chamar a este debate até mesmo as propostas teóricas que se pretendem ir para além do *social* como dimensão ontológica/epistemológica singular). É que, em muitos casos, tais esferas simplesmente não podem ser conciliadas. Talvez resida precisamente aí a dificuldade de tais empreendimentos integradores.

Isto posto, sugere-se, como trilha a ser explorada, a independência ou, melhor dito, a autonomiarelativa⁵ entre essas diferentes esferas da análise, trabalhadas na via de um pluralismo metodológico ou pluralismo de métodos. Falar de certa autonomia relativa entre micro e macro como esferas distintas de investigação é contornar uma disputa que parece, nesses termos, perder seu lugar, a ser: a de que a realidade deve ser lida apenas a partir de uma dessas formas de enquadramento, ou alternativamente, por meio de um modo integrado, na via de modelos sempre mais sofisticados e bem-acabados, que deem conta integralmente e, ao mesmo tempo, de ambas.

Ao se apontarem os diferentes níveis de estratificação e organização da realidade, reconhece-se que não são, ao menos em termos analíticos, redu-

5 Cabe destacar o caráter sempre relativo desta autonomia, visto que tais dimensões estabelecem relação tensa e permanente entre si, ora mais, ora menos evidente, mesmo se nos concentrarmos no aspecto puramente epistemológico desta relação. Tal autonomização relativa, como recurso analítico, defende-se, pode e deve ser observada e investigada frente aos casos/objetos específicos para os quais se busca compreensão.

tíveis uns aos outros. A isso não significa dizer, no entanto, que não haveria mais lugar no pensamento social para análises de longo alcance. Tendências, regularidades e fenômenos macrosociais devem ser lidos e entendidos como tais, em diálogo com instrumentos teóricos e metodológicos próprios à sua apreensão, assim como a investigação de realidades microarticuladas pedem ferramentas adequadas para tanto. Se é verdade, conforme o clássico postulado funcionalista, de que o todo não pode ser reduzido a suas partes, parece igualmente certo que tais partes não podem ser lidas apenas como “pedaços” indiferenciados e subsumidos à totalidade.

Dizer que estas são esferas distintas da realidade, e que por isso devem ser investigadas por meio da mobilização de diferentes recursos teórico-metodológicos, não significa apontar que são dimensões completamente apartadas, “puras” ou radicalmente cindidas, ou ainda que não seja possível encontrar evidências de microfenômenos em macroprocessos e vice-versa (parece difícil negar o mundo da vida em seu “todo complexo”). Significa, distintamente, que tais fenômenos, fatos e processos podem ser de tal modo abordados, ou recorados, no que tange sua observação, investigação e explicação – uma vez que a tarefa de conhecer não é capaz de absorver a um só golpe, em atos unitários ou panorâmicos (como o Barão de Munchhausen a retirar-se do atoleiro puxando a si mesmo pelos próprios cabelos), toda a vasta complexidade dos diferentes estratos da realidade, da qual também figuramos como parte integrante.

Esse é um raciocínio que curiosamente parece figurar implícito, ainda que de modo não muito organizado, nas construções de Knorr-Cetina e Alexander, algo que fica evidente, sobretudo, quando ambos buscam referências para suas reflexões no funcionamento das ciências duras. Vejamos.

As we shall see in the next section, present attempts to reconstruct macro-sociology based upon micro-sociological results proceed methodologically by considering the micro-episode as a *cosmos of its own*, not to be divided any further for purposes of macroscopic analysis. In passing we might add that sociology is not the only and not the first discipline which has come to revise its theoretical and methodological conceptions upon discovering a whole new micro-order of events (KNORR-CETINA, 1981, p. 24, grifos nossos).

Mais à frente a autora volta a tratar, dessa vez pela via macro, de modo análogo a questão:

Indeed, we might just as plausibly assume that micro-social interac-

tions evolve parallel to, and partially independent of, activities qualified as belonging to a higher hierarchical level. For example, Braudel, in his study of economic development in pre-industrial Europe, distinguishes between at least three different economies: the market economy which governs our statistics; an informal, self-sufficient in-fra-economy of short-distance exchanges of goods and services; and a transnational economy of privileged actors such as the big merchants of Amsterdam who engaged in 'world'-wide trade and played complicated credit games. It is clear that none of these economies simply subsumed the others, though there may have been influences and cross-references (IBIDEM, p.39).

A tomar apenas por esse excerto, Alexander parece seguir na mesma direção:

The issue for contemporary life science is not which level is determinate or which discipline is "right" but, rather, at what level a given life phenomenon should be explained. The properties that are specific to a given level of life process are taken as the variables for a particular discipline; for other disciplines they are considered parameters, not denied as such. (1987b, p. 290).

Apesar de tais trechos apontarem de modo difuso o que se pretende sistematizar neste trabalho, os autores não estruturam, de fato, suas argumentações nessa direção. De um lado, o problema das integrações entre micro e macro dirigidas pela via microssociológica, nas quais se empenham Knorr-Cetina e tantos outros autores, parece ser justamente sua não-integração de fato, ou seja, ainda que afirmando o contrário, tais abordagens parecem manter-se presas a lentes e ferramentas metodológicas que não permitem ir além de tal contraposição. O indivíduo e/ou interação interpessoal (seja em termos racionais, inconscientes ou representativos) segue sendo a "causa", ou determinação final da qual não conseguem se livrar⁶.

Dessa forma, a autora acaba por apontar um caminho que não é plenamente desenvolvido, posto que, ao defender uma reconstrução do macro

6 Talvez a relutância em abandonar o "paradigma da integração" esteja na inércia de alguns pressupostos teóricos que emergiram com "A estrutura da ação social", de Parsons (1937). Este trabalho é o marco destas tentativas integradoras, o qual estabeleceu uma agenda para o projeto sociológico de uma teoria geral da sociedade.

a partir do micro, reforça a autonomia da dimensão micro contra a macro sem a sua contrapartida; apenas invertendo a ordem de determinação que está empenhada em desconstruir. Caberia levar seu argumento às últimas consequências, reconhecendo a autonomia de ambas as esferas. Isso não é possível, no entanto, porque, apesar de criticar o “emergentismo” das hipóteses que passa em revista, ela não consegue se livrar completamente deste em sua própria proposta.

De outro lado, diagnosticando o referido problema, Alexander tenta produzir uma via alternativa de integração que o supere. No entanto, sua proposição nega a independência ou autonomia relativa, em termos analíticos, de tais estratos da realidade, advogando, novamente, por um tipo outro de síntese (uma “teoria geral da ação”) que termina por mantê-lo preso, ainda que de forma distinta, à mesma limitação. É especialmente elucidativa a esse respeito a conclusão de seu artigo – que novamente nos permite retomar, de modo ainda mais claro, o estatuto de sua proposta de integração macro-micro.

I have argued in this essay against the micro/macro split. There need not to be one in sociological theory; there certainly does not seem to be one in empirical reality. Why, then, the great divide in sociological discussion today? Because, I believe, theorists falsely generalize from a single variable to the immediate reconstruction of the whole. They have taken one particular system – the economy, the culture, the personality – as action’s total environment; they have taken one action mode – invention, typification, or strategization – as encompassing action in itself. Moreover, by acknowledging only the kind of action presupposed by their conception of collective order, macrotheorists have prematurely closed the action-environment circle: Theories of economic systems have resigned that action is strategic, cultural theorists have stressed typification, social movement theorists the inventive, and so forth. It seems perfectly appropriate that each of these different elements of microprocess and macroprocess can be viewed as the objects of independent scientific disciplines, as they are in the natural and physical sciences. It is unacceptable, however, for any one of these variable and disciplines to be considered prevailed in relation to the others. Rather than being thought of as dependent and independent variables, the elements should be conceived as parameters and variables in an interactive system comprising different levels of different “size”. *This, of course, requires a common conceptual scheme, one the social sciences do not yet possess. The current revival of interest in theo-*

rizing about the micro-macro link may make such a conceptual scheme possible, a possibility to which the present essay has sought to make a contribution (ALEXANDER, 1987b, p. 315, grifos nossos).

Tudo somado, a proposição de Alexander, ancorado no resgate que faz da temática nas ciências duras, evidenciada acima, parece ser por uma integração em que uma das esferas funcione como “parâmetros de referência” para as outras. Dessa forma posto, o autor apresenta um excelente diagnóstico que, em seu prognóstico subsequente, no entanto, não escapa à aporia da “integração”, negando a autonomia operativa, em termos analítico-metodológicos, dessas esferas, nos moldes em que defendemos, devido a falta de esquema conceitual comum, ausente na sociologia – e que ele pretende construir. Caberia refletirmos sobre até que ponto é adequada sua representação das ciências naturais. Estão elas, de fato, completamente integradas em termos de seus esquemas conceituais? Se a hipótese, inspirada em exemplos que podem ser recolhidos na física, na economia e em tantas outras áreas do conhecimento, de que as esferas micro e macrosocial são governadas por dinâmicas, forças e movimentos distintos é plausível, caberia, então, perguntar sobre quais são os qualificativos capazes de definir uma situação como pertencente à esfera micro ou macro, para além de imprecisas e questionáveis distinções quantitativas. A partir dessa distinção, cumpre apontar, seguindo, no geral, o diagnóstico presente nos autores revisados, o equívoco constitutivo das tentativas em explicar dimensões macro por abordagens construídas para entender o micro e vice-versa.

Propõe-se, desse modo, saída alternativa, por meio da aceitação da natureza multiparadigmática da sociologia – em que certas abordagens apresentam-se como mais adequadas a depender dos problemas e fenômenos em questão (RITZER, 1975); nos termos de analogias já amplamente conhecidas: para cada escala de orientação, seus respectivos mapas de referência (KITCHER, 2001); ou, melhor dito, para cada distância a que se busca focar a visão, um sistema de lentes.

A nosso ver, é ingênuo esperar que as lentes escolhidas sejam capazes de abarcar em um só golpe a totalidade dos fenômenos sociais, seja em qual dimensão for. O que se tem observado é o que se convencionou chamar de “problema do cobertor curto”, o obstáculo epistemológico que se coloca sempre em que as tentativas de integração tenham lugar. Em

um nível mais elevado, é possível também que o obstáculo a um olhar mais apropriado sobre o social seja a própria tentativa integradora. Talvez fosse mais realista a proposta epistemológica incluída na tentativa de uma teoria geral por Niklas Luhmann, autor inclusive sempre presente nas obras sobre a integração micro-macro organizadas por Knorr-Cetina e Alexander.

Para Luhmann (1998), observação quer dizer distinção. Todo sistema observador emprega no processo de observação um esquema diferenciador que produz pontos cegos à observação, ou seja, cria possibilidades de observação que não estão contempladas no esquema de observação empregado. Embora tal sentença possa indicar solipsismo, o observador, no caso aquele da ciência, deve prestar contas de seus esquemas de observação empregados, de modo a satisfazer a alguns pré-requisitos sistêmicos. Muitas teorias sociológicas têm procurado, como uma diretriz básica da teorização sociológica, após o ocaso do estrutural-funcionalismo, uma maneira de integrar a distinção macro-micro, concomitantemente, produzindo um ponto cego, a saber, a própria integração.

Integração nada mais é, assim, que o outro lado da forma entre integração/desintegração. Tal distinção tem sido tomada na teorização sociológica de forma obrigatória, como se fosse a única forma capaz de dar conta da realidade social. Mas como responder à supostamente correta observação de que cada uma destas distinções produziu pontos cegos, senão aceitando o ponto de vista de que, para cada distinção e indicação – micro/macro, ação/estrutura, individualismo/coletivismo – usadas para compreender a realidade sociológica, novas formas teóricas têm emergido com razoável capacidade de compreensão do fenômeno em tela? A própria tentativa de integração seria um lado da forma da distinção, sua escolha nada mais seria que a eleição de uma dimensão social a ser abordada – negando as outras possíveis.

Com isso, conecta-se a semi-independência, ou autonomia relativa, do micro e macro como esferas distintas de análise e explicação da realidade às ricas possibilidades de investigação abertas pela aceitação do pluralismo teórico-metodológico – assumindo-se implícitas as diferenças entre métodos de investigação e métodos de apresentação das pesquisas e teorias sociológicas. No caso do estudo dos mercados financeiros, em especial, isso nos permitiria, por exemplo, assumir a expressiva contingência e particularidade no nível micro sem necessariamente abrir mão da lei-

tura de suas regularidades e forças de direcionamento macroestruturais. Isto evidentemente não significa colocar em suspenso o debate entre as diferentes abordagens no campo, livrando-as do embate frontal, críticas e tensionamento em torno de sua maior ou menor adequação para compreender e explicar distintas dimensões da realidade. Este salutar embate pode e deve ser feito, e, naturalmente, não é inviabilizado, mas, ao contrário, estimulado pelo pluralismo que, ao fim e ao cabo, é, ademais, incontornável, inerente que é à natureza da sociologia como forma de construção de conhecimento. Talvez a busca por uma grande síntese seja não só impossível como, ademais, indesejável.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. (1982), *Theoretical logic in sociology*, vol. 1 e 2. California: University of California Press.

ALEXANDER, Jeffrey C. (1983), *Theoretical logic in sociology*, vol. 3 e 4. California: University of California Press.

ALEXANDER, Jeffrey C. (1987a), *O Novo movimento teórico*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, p. 5-28.

ALEXANDER, Jeffrey C. (1987b), Action and its Environments. In: ALEXANDER, J. C. et al. (eds.). *The Micro-macro link*. California: University of California Press. p. 289-318.

BOURDIEU, Pierre. (1996), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus.

CICS/UNESCO. (2013), *Relatório Mundial sobre as Ciências Sociais 2013 – Mudanças ambientais globais*. Paris (França): Edições OCDE; Edições UNESCO.

DÉPELTEAU, François; POWELL, Christopher. (orgs.). (2013a), *Applying relational sociology: relations, networks, and society*. United States: Palgrave Macmillan.

DÉPELTEAU, François; POWELL, Christopher. (orgs.). (2013b), *Conceptualizing Relational Sociology: Ontological and Theoretical Issues*. United States: Palgrave Macmillan.

EMIRBAYER, Mustafa. (1997), Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, v.103, n.2, pp. 281-317.

GIDDENS, Anthony. (1989), *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

- GIDDENS, Anthony. (2009), *The Politics of Climate Change*. Cambridge: Polity Press.
- HABERMAS, Jürgen. (2012), *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes.
- JASANOFF, Sheila. (2010), A New Climate for Society. *Theory, Culture & Society*, v. 27, n. 2-3, pp. 233-253.
- IPCC. (2007), *Climate Change 2007: Synthesis Report, Intergovernmental Panel on Climate Change*. Stockholm: Teri Press.
- KITCHER, Philip. (2001), *Science, Truth and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- KNORR-CETINA, Karin. (1981), The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro-and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul. p. 1-47.
- LAKATOS, Imre. (1999), *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70.
- LUHMANN, Niklas. (1998), *Sistemas sociais: lineamientos para una teoria general*. Barcelona: Anthropos; México: Universidade Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA.
- MOL, Anne M. (2002), *TheBody Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham, NC: Duke University Press.
- NEVES, Fabrício; COSTA LIMA, João Vicente. (2012), As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa. *Liinc em Revista*, v. 8, n. 1, p. 268-282.
- PARANÁ, Edemilson. (2016), *A Finança Digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis: Insular.
- RITZER, George. (1975), *Sociology: A Multi-Paradigm Science*. Boston: Allyn & Bacon.
- SISMONDO, Sergio. (2015), Ontological turns, turnoffs and roundabouts. *Social Studies of Science*, v. 45, pp. 441-448.
- SZERSZYNSKI, Bronislaw.; URRY, John. (2010), Changing climates: introduction. *Theory, culture & society*, n. 27, pp. 1-8.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010), *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.